



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Ofício nº 735/2023/CAMP/MPC

Belo Horizonte, 16 de maio de 2022.

Ao
Excelentíssimo Doutor
Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG

Ref: autos 11049 – CD 189/2009

Excelentíssimo Doutor Conselheiro-Presidente,

Encaminho a V. Exa., para adoção das medidas pertinentes constantes da Resolução nº 13/2013, cópia de sentença prolatada nos autos da Execução Fiscal nº 0027766-95.2015.8.13.0347, distribuída perante a Vara Cível da Comarca de Jacinto, que extinguiu o processo com base no art. 485, VI do CPC, com o fundamento de que a certidão de débito 189/2009 foi irregularmente constituída, já que não foi observado o contraditório e a ampla defesa.

Atenciosamente,

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)